

Brasília e Goiânia no processo de modernização produtiva do Cerrado

Brasília and Goiânia in the process of productive modernization of the Cerrado

Marcelo de Mello

Professor do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanidades e do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de – UnUCSEH
ueg.marcelo@gmail.com

Artigo recebido para revisão em 21/03/2014 e aceito para publicação em 28/05/2014

Resumo

O território brasileiro foi integrado por meio de intrincados processos promovidos depois de séculos de isolamento entre suas regiões. As ações integradoras, em escala nacional, apresentaram como símbolo uma nova capital federal interiorizada: Brasília. Em um momento anterior, outra transferência de capital, em âmbito estadual, fez surgir Goiânia, capital de Goiás, nas proximidades do território em que a nova capital federal foi erguida. A integração do território brasileiro, em escalas regionais e nacionais, foi articulada a partir de Marchas, Planos e Programas elaborados e conduzidos com o intuito de promover a modernização da econômica brasileira. Nesse percurso, a cidade e a urbanização apresentam papéis fundamentais. Este artigo trata da relação travada entre as demandas por uma modernização produtiva do Cerrado e o processo de urbanização engendrado para a promoção da modernização pretendida. Para tanto, consideramos as ações e os contextos produtores das novas capitais de Goiás e do Brasil; bem como analisamos as repercussões do POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – e do PERGEG – Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília – na reconfiguração territorial implementada no Cerrado.

Palavras-chave: Cidades. Estado. Modernização. Território. Cerrado.

Abstract

The Brazilian territory was integrated by means of intricate processes, promoted after centuries of isolation among its regions. The integrating actions, in national scale, had as their symbol a new, interiorized federal capital: Brasília. Before that, another capital transference, in state level, resulted in the creation of Goiânia, capital of Goiás, near the territory where the new federal capital would be erected. The integration of the Brazilian territory, in several stages, was articulated out of Marches, Plans, and Programs, designed and performed with the goal of promoting the modernization of Brazilian economy. In this trajectory, the cities and the urbanization process played fundamental roles. This article deals with the relationship between the demands waged by a productive modernization of the Cerrado and the urbanization process engendered to promote desired modernization. To do so, we consider the actions and contexts producers of new capital of Goiás and Brazil; and analyze the impact of POLOCENTRO - Program Development of the Cerrados - and PERGEB - Special Program of Geo-economic Region of Brasília - in the territorial configuration of the Cerrado.

Keywords: cities, State, modernization, territory, Cerrado.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo versa sobre o papel do Cerrado no processo de integração do território nacional. As reflexões apresentadas foram pautadas em análises das matrizes teórico-metodológicas balizadoras das Marchas, Planos e Programas elaborados para integrar o Brasil. Os documentos oficiais revelam que durante grande parte do século XX, as agendas dos agentes públicos foram marcadas por iniciativas pensadas para

redefinir e articular os espaços produtivos das diversas regiões do país. Regiões interligadas pelos domínios do Cerrado.

Entre os documentos analisados destacamos o II Programa Nacional de Desenvolvimento, sancionado em 1971, e o Relatório do I Encontro de Estudos e Debates da Comissão de Assuntos Regionais do Senado Federal, intitulado: “O II PND e os Programas de Desenvolvimento da Região do Distrito Federal e do Centro-Oeste, realizado em 1975. Os documentos supracitados, bem como outros que os antecederam¹, revelam que os programas oficiais privilegiaram a criação de pólos de desenvolvimento. Por esta razão, ressaltamos que um modelo polarizador foi eleito para espargir progresso, abrindo as portas do Cerrado para uma modernização necessária ao desenvolvimento do país e de suas regiões.

Neste movimento transformador, os domínios do Cerrado passaram por redefinições a partir da construção de novas cidades-capitais, erguidas para serem os principais pólos de irradiação de desenvolvimento, em escala regional e nacional. No curso do processo de transformação analisado, evidenciamos que a nova geometria materializada por planos urbanísticos inspirados nos ideais da modernidade, não foram capazes de equacionar as diferentes e distantes demandas que separavam os interesses das pessoas envolvidas pelo projeto de integração.

O Estado modernizador prometeu – por meio de suas ações balizadas racionalmente – consolidar o ordenamento imprescindível à instauração de uma vida mais justa para uma população que vivia à margem das conquistas sociais fundamentais. Mas, ao confrontar os modelos idealizados com os cenários produzidos, percebemos que as promessas realizadas foram afrontadas pelas contradições próprias do processo de reprodução da realidade.

Por fim, apresentamos as próprias cidades-capitais construídas no Cerrado para difundir as benesses anunciadas pelo Estado modernizador, como elementos comprovadores das contradições impostas ao ordenamento idealizado. Os pólos irradiadores do progresso se tornaram, também, o lócus das manifestações contestadoras das Marchas, Planos e Programas.

2. A RUPTURA COM UMA LÓGICA DESINTEGRADORA

Vários pontos podem ser destacados no processo de produção do território brasileiro. Certamente, um dos mais abordados é o que trata do longo período caracterizado pela ausência de uma efetiva integração entre suas regiões. Isso porque do período colonial até a metade do século XX, grande parte dos agentes responsáveis pela produção do território nacional priorizou um modelo produtivo pautado na exportação de produtos obtidos em pontos específicos de regiões isoladas.

Segundo Mello (1999), uma alteração efetiva do cenário desintegrado ganhou corpo somente na segunda metade da década de 1950, quando o Estado inicia uma série de Planos e Programas² com o objetivo de romper com o expressivo distanciamento manifestado entre suas regiões. Mas um momento

¹ Os Decretos relacionados a criação da nova capital Goiânia e o relatório elaborado pela comissão técnica que definiu a localização da nova sede administrativa do estado de Goiás.

² Destacamos o Plano de Metas e os Planos Nacionais de Desenvolvimento.

imediatamente anterior já apresentou discursos e ações integradoras. Por mais que a Marcha para o Oeste³ não tenha correspondido às demandas por uma integração mais contundente, na qual o Brasil viesse a romper com o isolamento regional mantenedor das relações de produção “tradicionais”, ela evocou ideais e práticas integracionistas (MACIEL, 1996).

Mesmo antes da Marcha para o Oeste algumas ações indicaram, regionalmente, a necessidade de redefinição das relações territorializadoras do isolamento. Representando o espírito dessa época temos a construção da nova capital do estado de Goiás. A transferência da capital estadual para uma nova cidade foi proposta pelo interventor goiano da “revolução” de 1930, Pedro Ludovico Teixeira, e apoiada pelo presidente Getúlio Vargas. Tanto a ideia quanto as primeiras iniciativas vinculadas à mudança da capital goiana antecederam a Marcha para o Oeste⁴ e evidenciaram a busca pela produção de um novo arranjo político-territorial em Goiás: a nova cidade-capital proporcionaria um distanciamento físico entre a sede do poder estadual e os municípios “eivados de vícios” desenvolvidos no interior de relações político-oligárquicas regionalizadas.

Mas, como mencionado anteriormente, uma ação mais expressiva com vistas à integração do território nacional pôde ser percebida quando Juscelino Kubitschek assume a presidência da república, em 1956 (VESENTINI, 1986). Em seu governo, várias questões que até então tinham ficado no discurso ou registradas em documentos adquiriram corpo, como foi o caso de Brasília⁵. Esse corpo foi forjado a partir de argumentos advindos da ideia de modernidade, que evidenciava a necessidade de uma intervenção racional em âmbito nacional, a fim de que todo o atraso cultivado no interior do Brasil, pela falta de objetividade e excesso especulações, de fosse superado.

Juscelino Kubitschek ressaltou as demandas por um Estado racional, capaz de superar as mazelas que, durante séculos, teimavam em perseguir o Brasil. Em seus discursos, o ex-presidente condenou o atraso e a de desarticulação do território brasileiro ao extermínio, por meio de um planejamento pautado em uma racionalidade instrumental, produtora de um novo país. Um novo país que em cinco anos iria atingir um desenvolvimento que o modelo tradicional demandaria cinquenta anos para alcançar. O *slogan* “50 anos em 5”, repetido sistematicamente, anunciava a chegada de um novo modelo de gestão, que garantiria o estabelecimento do tão esperado progresso.

O território nacional passou a ser pensado sob o crivo de uma lógica matemática⁶, mais especificamente, geométrica. A geometria espacial foi eleita a linguagem capaz de superar as diferenças;

³ A Marcha para o Oeste foi implementada por Getulio Vargas, em 1937, com vistas à ocupação e modernização do território brasileiro (MACIEL, 1996).

⁴ O decreto que nomeou a equipe responsável pela escolha do lugar em que seria construída a nova capital foi assinado em 1932 e a transferência da capital ocorreu em 1937. A Marcha para o Oeste foi lançada oficialmente, por Vargas, por meio do célebre “Discurso da meia-noite”, proferido no dia 31 de dezembro de 1937. Contudo, a Marcha foi materializada no território na década de 1940: a primeira Colônia Agrícola Nacional – em Ceres/Goiás – foi fundada em 1941 e a Fundação Brasil criada em 1943.

⁵ José Bonifácio propôs a transferência da capital para o interior do país, em 1823, em um pronunciamento realizado nas dependências da sede do Poder Legislativo.

⁶ O professor Ruy Moreira (2008) publicou, recentemente, uma obra que muito colabora para o entendimento do processo que colocou a matemática em uma posição privilegiada. Ele explica, de forma consistente, como a matemática – mais especificamente a estatística e a probabilidade – serviu de refúgio para a representação do conhecimento moderno a partir das dificuldades enfrentadas pela Física em dar seguimento a uma visão positivista dos fenômenos. Segundo o autor, as limitações da Física newtoniana começaram a ser evidenciadas com a divulgação de pesquisas que

pois, através dela, as desigualdades seriam transpostas e as pessoas, as coisas e os lugares seriam representados de maneira a proporcionar um equilíbrio entre a população, a economia e o território. Tudo isto, administrado pelo Estado, através dos órgãos responsáveis pela elaboração e gestão dos Programas e dos Planos nacionais.

Brasília tornou-se o ponto no qual deveria ser fincada a agulha de um compasso que tornaria as distâncias menos desiguais. A nova cidade-capital produziria novas relações passíveis de aferição. Brasília emanciparia o território nacional, garantindo a implementação da infraestrutura necessária a uma existência mais técnica. E ninguém poderia conduzir melhor as medidas racionalmente pensadas para combater o atraso de um país historicamente guiado pelo improvisado do que um Estado emancipado, que distribuiria entre os cidadãos os imensos benefícios adquiridos por meio da nova forma de encarar a gestão do território nacional.

Então, Brasília seria um divisor de águas. Na verdade, podemos afirmar que foi. A nova capital federal fez surgir condições para que um diálogo entre as diversas e distantes regiões presentes no território nacional se estabelecesse. Isto não quer dizer que todas as regiões-interlocutoras tiveram, ou tenham, o mesmo peso em sua argumentação, nem o mesmo acesso às condições que as fazem ser ouvidas (MELLO, 1999).

O mais importante era garantir que as regiões não integradas ao sistema produtivo implantado na região sudeste do país – sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo – adquirissem o necessário para serem integradas; ou para terem seus territórios entregues aos agentes encarregados da apropriação desses espaços produtivos, incorporando-os ao modelo dominante nos Estados mais modernizados; porém, numa condição secundária, em um contexto político em que as decisões se concentrariam no sudeste do país.

Nesse contexto, no decorrer de poucos anos duas cidades-capitais foram construídas muito próximas uma da outra, no Planalto Central brasileiro, com o objetivo de possibilitar a constituição de novas relações produtivas. A primeira, num momento marcado por discursos nacionalistas na composição das propostas de integração territorial. A segunda, por sua vez, fez parte de um projeto com vistas à abertura do país rumo a uma internacionalização da economia. As duas novas capitais redefiniram a dinâmica da rede urbana do Estado de Goiás, da Região Centro-Oeste e do Brasil⁷.

Goiânia e Brasília fizeram parte de um processo de integração que exigiu uma continuidade. Superar um estado de não-integração, produzido no decorrer de séculos, exigiu uma ação continuada na gestão do processo de reprodução do território nacional. Por esta razão, as iniciativas oficiais que sucederam a administração de Juscelino Kubitschek deram sequência ao projeto integrador. É o que veremos a seguir.

questionaram o caráter absoluto das Leis newtonianas e apresentaram a dimensão relativa presente nas análises do movimento, do espaço e do tempo.

⁷ Podemos afirmar, também, que essas cidades-capitais planejadas foram afetadas pelos movimentos produzidos e reproduzidos a partir delas. Ao longo de suas histórias recentes, realidades profundamente densas foram territorializadas sem que o Estado apresentasse ferramentas de intervenção que dessem respostas às complexidades manifestadas em seus territórios.

3. O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA INTEGRAÇÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL

Após a conclusão do Plano de Metas foi necessário consolidar a integração do território nacional. Para tanto, o incremento das dinâmicas intra e inter-regional se fazia necessário. Uma proposta teórico-metodológica deveria ser escolhida para dar continuidade ao processo de integração territorial. Ela seria incumbida de guiar as iniciativas oficiais e garantir que o percurso definido fosse como uma linha férrea, marcada pela presença de estações que representariam as etapas rumo ao tão propalado progresso.

Esta forma de conceber caminhos com vistas à superação dos limites apresentados é uma das marcas do pensamento Iluminista, fundado numa prática racional que busca um progresso constantemente renovado por um homem que não se contenta com conquistas já alcançadas.

Novamente, os procedimentos guiados por raciocínios matemáticos foram escolhidos para legitimar as ações dos técnicos responsáveis pela elaboração de Projetos de um Estado desenvolvimentista. No caso em questão, as possibilidades foram potencializadas quando comparadas às dos precursores deste conhecimento: se em Descartes (1987), a matemática era a linguagem que conduziria o pensador ao limite do saber – que era Deus –, através da superação da dúvida metódica; o processo que marca o estabelecimento oficial da razão como instrumento do Estado brasileiro, em busca da integração de seu território, não apresenta mais este limite, pois já não havia a essência reveladora de uma verdade suprema e absoluta. Portanto, o Estado não poderia satisfazer-se com a transposição de um degrau, ou com a descoberta de uma verdade intransponível, ele deveria ser capaz de se organizar para vencer todos os degraus e todas as fronteiras que se apresentassem a sua frente.

A capacidade de superação racional dos obstáculos, apresentada pela linguagem matemática, fez com que ela assumisse a condição de protagonista na elaboração dos Planos e Programas postos a serviço do Estado. O objetivo perseguido era a estruturação de uma nova geografia da produção e da circulação de mercadorias em seu solo (MOREIRA, 2006; SANTOS, 2005). Para tanto, as bases da ciência geográfica, praticada pelos agentes públicos, foram sustentadas por um robusto alicerce matemático. Mais especificamente, a Geometria euclidiana, por trabalhar com a representação espacial linear, foi o segmento dessa linguagem exata que mais se fundiu à Geografia. Os modelos elaborados para a composição de novos e dinâmicos arranjos espaciais surgiam como abstrações de uma realidade concreta, percebida a partir de análises do território brasileiro.

A economia espacial, a teoria geral dos sistemas e suas redes hierarquizadas ocuparam, então, um lugar de destaque na mente dos planejadores. Foram criados modelos para o controle e a gestão das atividades relacionadas aos fenômenos intraurbanos, interurbanos, de transporte, regionais, dentre outros. Assim, o conhecimento adquiriu uma dimensão que transcendeu os limites do presente e do passado, se relacionando diretamente com o futuro (GOMES, 1996). Nessa perspectiva, a ideia de planejamento é assentada em um lugar especial e passa a estar presente de forma incisiva no aparelho e nas instituições do Estado.

A grande tarefa atribuída aos planejadores era a transposição da situação de desigualdade que caracterizava o Brasil. Uma desigualdade expressa algebricamente foi apresentada e as novas bases da

associação estabelecida entre Geografia e a Geometria teriam que equalizar as diferenças inibidoras das relações entre as regiões brasileiras.

É neste ambiente que a neutralidade e a objetividade das matrizes quantitativas entram em cena para viabilizar o desenvolvimento das distintas regiões do país. As diferentes realidades manifestadas regionalmente não eram vistas como historicamente reproduzidas pelo processo de apropriação diferencial do território, mas como naturalmente criadas a partir das características intrínsecas de cada região.

Como vimos, no Brasil, este modelo de gestão remonta à metade da década de 1950, com a implementação do Plano de Metas no governo de Juscelino Kubitschek (VESENTINI, 1986). A partir de então, iniciasse o processo de reprodução das condições materiais e imateriais imprescindíveis à integração do território nacional. Se até o final da era JK esse Plano integrador seguia intensificando o diálogo entre as regiões brasileiras (SENADO FEDERAL, 1975), qual seria a justificativa para a adoção de outras referências para a continuidade do processo de integração?

Tendo como base a indagação formulada no parágrafo anterior, destacaremos, a seguir, os planos que sucederam à gestão de JK. Abordaremos, principalmente, as ações territorializadas a partir da influência direta da nova capital. Ações que, segundo os discursos oficiais, deveriam conduzir os brasileiros às condições de cidadania inerentes a um Estado Republicano.

4. OS PROGRAMAS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

Os critérios intervencionistas do Plano de Metas inspiraram os PND's⁸ que entraram no circuito das ações do Governo Federal em 1972⁹. Essa continuidade¹⁰ indica que, naquele período, o projeto integrador-modernizador foi assumido pelo Estado, não ficando mais restrito a um governo.

As ações propostas pelos agentes do Estado foram caracterizadas pela linearidade comum às visões de mundo em que as relações de causa e efeito não deixam margem para nenhuma circunstância não prevista. Os planos elaborados não propunham avaliações sistemáticas que, por meio de indicadores, detectassem a ocorrência de distorções decorrentes de dificuldades inerentes à implantação de medidas extremamente complexas. Esses mecanismos permitiriam uma reorientação no curso do processo e oportunizariam o cumprimento dos objetivos definidos.

Na atualidade, uma das realidades produzidas por este modelo de gestão que mais chama a atenção é a própria capital federal. Brasília se tornou um símbolo, também, dos problemas gerados por iniciativas centradas nas ideias de igualdade e linearidade. A densa gama de problemas manifestados na cidade-capital, e em seu entorno, conduz a questionamentos relativos às visões de mundo que desconsideraram as contradições presentes no movimento de incorporação de novos espaços pelo processo de modernização das relações produtivas em âmbito nacional.

⁸ Planos Nacionais de Desenvolvimento.

⁹ O I PND foi sancionado em novembro de 1971, para ser implementado entre os anos de 1972 e 1974.

¹⁰ Na realidade, a continuidade antecede os PND's e pode ser percebida através da criação, nas Regiões Norte (1966) e a Região Centro-Oeste (1967), de Superintendências Regionais de Desenvolvimento, como ocorreu pioneiramente na Região Nordeste (1959), no governo JK.

Todas as atenções estavam voltadas para a construção de rodovias, portos e aeroportos; modelos de regionalizações foram elaborados para a criação de novos sistemas de relações no território nacional. No entanto, essa nova configuração promoveu situações não previstas¹¹, que não foram devidamente consideradas. Não havia uma avaliação criteriosa de riscos e todos os juízos admitiam, somente, a existência de relações sistêmicas que transformariam diferenças em igualdades.

A orientação oficial determinava que os interesses gerais se sobrepusessem as particularidades locais, vistas como resistências à ordem em implantação. Esta conduta era justificada por discursos fundamentados em um conceito de justiça social – amparado em uma lógica racional – que vislumbrava o equilíbrio social como um projeto de longo prazo, a exigir o esforço e a compreensão de todos os cidadãos. O Estado moderno está fortemente atrelado à ideia de bem comum, que demanda uma ordem para a instauração do progresso.

As intervenções do Estado destacaram duas dimensões do espaço: uma pública, regida por Leis elaboradas para garantir o equilíbrio das relações travadas no espaço compartilhado pela sociedade; outra privada, que afeta especificamente o indivíduo e não atenta contra a integridade coletiva. No tocante a esta questão, Gomes (2002, p. 33) esclarece que:

O fato fundamental para nós nessa discussão é que as diferentes compreensões do estatuto desejável para a liberdade definem limites diversos de esferas de poder e de autonomia entre Estado e indivíduos, e que estas esferas correspondem a limites físicos, espaciais e comportamentais entre um domínio público e um domínio privado.

No período de vigência desses Planos e Programas, as atenções estavam voltadas para o espaço público. O espaço e as leis tornam-se elementos estratégicos na condução das políticas voltadas à gestão do território nacional. Através da articulação destes dois elementos definiu-se a equação para a instauração de um estado de progresso contínuo. Assim, foram elaborados o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social: política regional no Brasil, o I PND, o II PND – e no interior deste a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Da mesma forma, foram criadas as Superintendências de Desenvolvimento, para que a migração, a urbanização, a industrialização etc. viessem a adquirir uma organização imprescindível ao desenvolvimento das unidades regionais.

Consultando o I Plano Nacional de Desenvolvimento – 1972/1974 –, identificamos a ideia de integração nacional que guiou as medidas oficiais adotadas naquele período:

A integração nacional, com significado primordialmente econômico-social, destina-se, do ponto de vista da demanda, a criar mercado interno, capaz de manter crescimento acelerado e auto-sustentável, e, do ponto de vista da produção, a permitir a progressiva descentralização econômica. (BRASIL, 1971, p. 25).

No final do período marcado pelo I PND, as cidades adquiriram um peso estratégico na condução das políticas integradoras. Teve início um árduo processo de discussão relativo a uma política de

¹¹ Derivadas, principalmente, do aumento vertiginoso da população do Distrito Federal e dos municípios de seu entorno: as demandas por serviços públicos e moradia nunca foram supridas e a discrepância entre o aumento do contingente populacional e as intervenções dos agentes públicos foram sendo materializadas no território, deixando registros claros das contradições não consideradas pelas diretrizes do ordenamento em curso.

desenvolvimento urbano. As análises prospectivas realizadas indicavam que em 1980 a população urbana brasileira corresponderia a 2/3 da população nacional; e que o “*país seria caracterizado por uma sociedade predominantemente urbana, em processo acelerado de metropolitanização. E o desenvolvimento urbano passa a ter uma interação cada dia mais profunda com a própria estratégia nacional de desenvolvimento*”. (BRASIL, 1974, p. 71). É nesse ambiente que a questão urbana começa a ser tratada com uma atenção até então inexistente, apesar dos problemas que já se faziam presentes na Região Sudeste¹².

A problemática urbana, em escala regional e nacional, começa a ser debatida no período de formulação e consolidação dos discursos e das práticas integracionistas. Naquele momento, a população urbana do país passou de 31% para a casa dos 56%. “*O processo de urbanização acelerada gerou grandes distorções na distribuição espacial das cidades, predominantemente litorânea*” (BRASIL, 1974, p. 71), e os estudos oficiais revelaram uma preocupação crescente com “*a excessiva concentração urbana, que ocorre, sobretudo, nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro*”. (BRASIL, 1974, p. 72).

O II PND – 1975/1979 – torna evidente que a cidade e o processo de urbanização adquiriram relevo na gestão dos espaços públicos. As definições referentes à reestruturação das cidades, dentro do planejamento dos pólos econômicos, ganham atenção especial, para que sua “*configuração físico-urbana (...) se afigure mais racional e menos dispendiosa*”. (BRASIL, 1974, p. 73).

A partir daí, as cidades não serão mais pensadas como “pontos isolados” no território nacional, mas como elementos integrantes de sistemas em que a hierarquia se faz presente. Foram criadas nove regiões metropolitanas¹³, bem como pólos secundários, com o objetivo de viabilizar “*núcleos urbanos de apoio ao processo de ocupação*”. (BRASIL, 1974, p. 73). Assim, o espaço é hierarquizado e as ações do Estado são articuladas.

Certamente, a estrutura planejada não foi marcada pela simplicidade. Mesmo um raciocínio pautado em uma racionalidade linear, ao ser utilizado para superar desigualdades regionais, apresenta um elevado grau de elaboração; principalmente, por se tratar de uma matriz em que sistemas pensados a partir de setores específicos – transporte, indústria, infraestrutura etc. – deveriam se complementar.

A busca por uma maior eficiência na articulação das intervenções setoriais fez com que, no processo de transição entre o I e o II PND’s, fossem realizadas avaliações parciais das ações planejadas. Estas avaliações não estavam previstas nos cronogramas dos PND’s e foram solicitadas, de maneira enfática, pela Comissão de Assuntos Regionais do Senado Federal e derivam da seguinte preocupação:

Tem sido notável o crescimento econômico do Brasil nesta última década. Mas – e o próprio II PND reconhece – “persistem os desafios da economia ainda vulnerável no Nordeste semi-árido, e do quase intocado continente tropical úmido da Amazônia... Perduram os bolsões de pobreza no Centro-Sul industrializado: o Vale do Jequitinhonha, o Vale do Ribeira, as áreas economicamente decadentes do Estado do Rio de Janeiro. Os

¹² Devemos ressaltar que o processo de urbanização brasileiro apresentava, desde a segunda metade do século XIX, um significativo desordenamento que fez com que este tema fosse debatido pelo poder legislativo municipal do Rio de Janeiro – quando foi enfatizado as questões referentes à construção de cortiços no centro da cidade – já em 1866. Villaça (2004) ressalta que, em 1878, a Câmara Municipal da ex-capital da república proíbe o licenciamento deste tipo de edificação. No final do século XIX, são aprovadas medidas mais restritivas com a mesma natureza, abrangendo, também, as vilas operárias. Esta realidade exemplifica os problemas intra-urbanos que eram limitados a poucas cidades naquela época.

¹³ São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba e Belém.

Organismos Regionais foram criados para forjarem condições de eliminar esses desníveis, sem o que o desenvolvimento harmônico do País será inviável. Apesar de todo o esforço despendido, no entanto, nota-se uma progressão geométrica na distância que separa as áreas desenvolvidas das subdesenvolvidas. (SENADO FEDERAL, 1975, p. 5).

Para contribuir com o processo de regulação das ações de Estado, com vistas à superação das desigualdades regionais, foi aprovado, no ano de 1975, “*um esquema de trabalho para avaliar os resultados e as repercussões, a nível regional e urbano do II PND*” (BRASIL, 1974, p. 75). Este esforço envolveria dirigentes de órgãos de desenvolvimento e de áreas metropolitanas, que debateriam os planos de desenvolvimento urbano e regional, para que as adequações necessárias viessem a ser realizadas; corrigindo, assim, os equívocos ocasionados pela ausência de avaliações das obras e medidas já executadas nas diversas regiões¹⁴.

O economista Paulo Dante Coelho¹⁵ ressalta que o “*desenvolvimento polarizado*”, proposto no II PND, é visto como “*deliberadamente descontínuo espacialmente, mas no sentido de reforçar, de concentrar investimentos em áreas selecionadas, criando de per si desequilíbrios que serão passíveis de correção em fase posterior*” (SENADO FEDERAL, 1975, p. 15). Ou seja, os programas e os planos não incluíram todos os lugares. Os planejadores estavam convictos de que os investimentos realizados, pontualmente, espargiriam benefícios em todas as direções, envolvendo os lugares que não foram diretamente contemplados.

Entretanto, as tentativas de espalhar os benefícios concentrados pontualmente não eliminaram as distorções de um mundo repleto de contradições. As prerrogativas atribuídas a um planejamento mecanicista conferiram uma posição secundária às avaliações parciais propostas, já que as referências teóricas e metodológicas, utilizadas pelos planejadores, traziam consigo um status elevado de segurança quanto ao cumprimento dos objetivos.

Somos levados a crer que a economia, a geografia e a geometria espacial, que orientaram a definição dos pólos de desenvolvimento¹⁶, foram marcadas só por *invariáveis* e que nenhuma *variável* foi levada em conta no decorrer da elaboração das ações, tal é a despreocupação com qualquer necessidade de adequação¹⁷.

Do mesmo modo, podemos encontrar várias oportunidades de questionamentos referentes à natureza teórico-metodológica presente, especificamente, nas orientações para a gestão do espaço urbano. Sobre esta

¹⁴Isto, porque a crença nas análises prospectivas foram marcadas por exageros apontados por Gomes (1996) e por Harvey (1980), fazendo com que uma visão superestimada dos métodos aplicados levasse a produção de realidades não condizentes com os discursos oficiais proferidos no período.

¹⁵Coordenador de Planejamento Regional do IPLAN/IPEA, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

¹⁶O crescimento econômico não é consolidado de maneira uniforme por todo o espaço, ele é estabelecido a partir do desenvolvimento de certos pontos favorecidos e se propaga por uma região polarizada por suas influências.

¹⁷Rattner (1974, p. 58) analisa o uso deste procedimento e tece o seguinte comentário: “*a estratégia de ‘pólos de crescimento’ foi e continua sendo cotada, entre as diferentes políticas de desenvolvimento, como a mais indicada para influenciar a localização de atividades econômicas. Em quase todos os países onde existem desequilíbrios regionais acentuados, essa abordagem tem sido utilizada para desenvolver áreas atrasadas. Os resultados observados, todavia, não são muito encorajadores e positivos: os ‘polos’, embora estimulados em seu crescimento por investimentos públicos e políticas de incentivos fiscais às iniciativas privadas, não têm correspondido às expectativas, tanto no que se refere ao próprio desenvolvimento, quanto à irradiação dos benefícios ao seu ‘hinterland’. A teoria dos ‘pólos de crescimento’ não nos fornece orientação quanto às medidas práticas para consecução de um maior equilíbrio entre os pólos e suas áreas polarizadas, porque, muito embora faça a análise do processo de aglomeração em termos de economias externas, pouco tem a dizer sobre as formas e meios pelos quais os efeitos benéficos de concentração possam ser transmitidos às áreas periféricas*”.

questão, Souza (2004) – integrante da equipe que formulou o Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano – descreve as disputas entre as distintas visões de mundo no processo de definição das diretrizes que referenciaram o Programa, que, por sua vez, era parte integrante do II PND.

Souza (2004) relata a dificuldade de elaborar uma política urbana que tratasse o espaço como um produto social, abandonando a tendência que o emparedou no interior de uma percepção funcionalista e mecanicista de mundo e de cidade. A geógrafa destacada, também, a impossibilidade de aproximar as intenções integracionistas do II PND das demandas a serem contempladas no PNDU¹⁸, por conta de uma postura em que “*a cidade é retalhada e o urbano equivocadamente conceituado*” (SOUZA, 2004, p. 114).

A cidade era vista como uma unidade produtiva. Esta personalidade urbano-econômica está expressa no texto do II PND, no capítulo que trata do desenvolvimento urbano: “*a cidade irá, então, situar-se dentro do planejamento do pólo econômico, definindo-se a sua função econômica e social e, só então, passando a definir-se sua configuração física-urbanística*” (BRASIL, 1974, p. 73). O processo de urbanização foi, nessa perspectiva, visceralmente ligado à industrialização. As orientações para a consolidação de “parques” industriais reproduziram – em escalas diferentes – as desigualdades regionais pelo território nacional, o que contrariou um dos principais objetivos da ação governamental, que era combater as diferenças entre as regiões brasileiras.

Oficialmente, foram definidas três etapas delimitadoras das ações voltadas para a integração do território nacional: a primeira foi caracterizada pela criação da SUDENE¹⁹, em 1959, e pela construção de Brasília, no decorrer de 1956 a 1960. Este foi o período das obras de engenharia imprescindíveis a qualquer ideia de desenvolvimento. A segunda foi marcada pela possibilidade de se pensar um desenvolvimento intrarregional, a partir do incremento da infraestrutura regional, o que viabilizou o início dos debates que vislumbravam o combate das desigualdades regionais. E, por último, temos a década de 1970, quando os sistemas viários, de telecomunicação e de energia – implantados em quase todas as regiões – propiciaram as condições básicas para uma visão mais inter-regional e nacional (SENADO FEDERAL, 1975).

Os pólos implantados em cidades foram interligados por meio de sistemas de transporte e comunicação, criados para gerar fluxos organizados em forma de redes no interior das regiões, de maneira a torná-las, progressivamente, mais homogêneas. Deve ser ressaltado que o II PND apresenta, também, ações setoriais. Além de iniciativas regionais e urbanas, não faltaram medidas voltadas para as atividades agropecuárias, que deveriam ocupar uma posição de destaque nas áreas de Cerrado. E o que veremos a seguir.

¹⁸ Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

¹⁹ Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

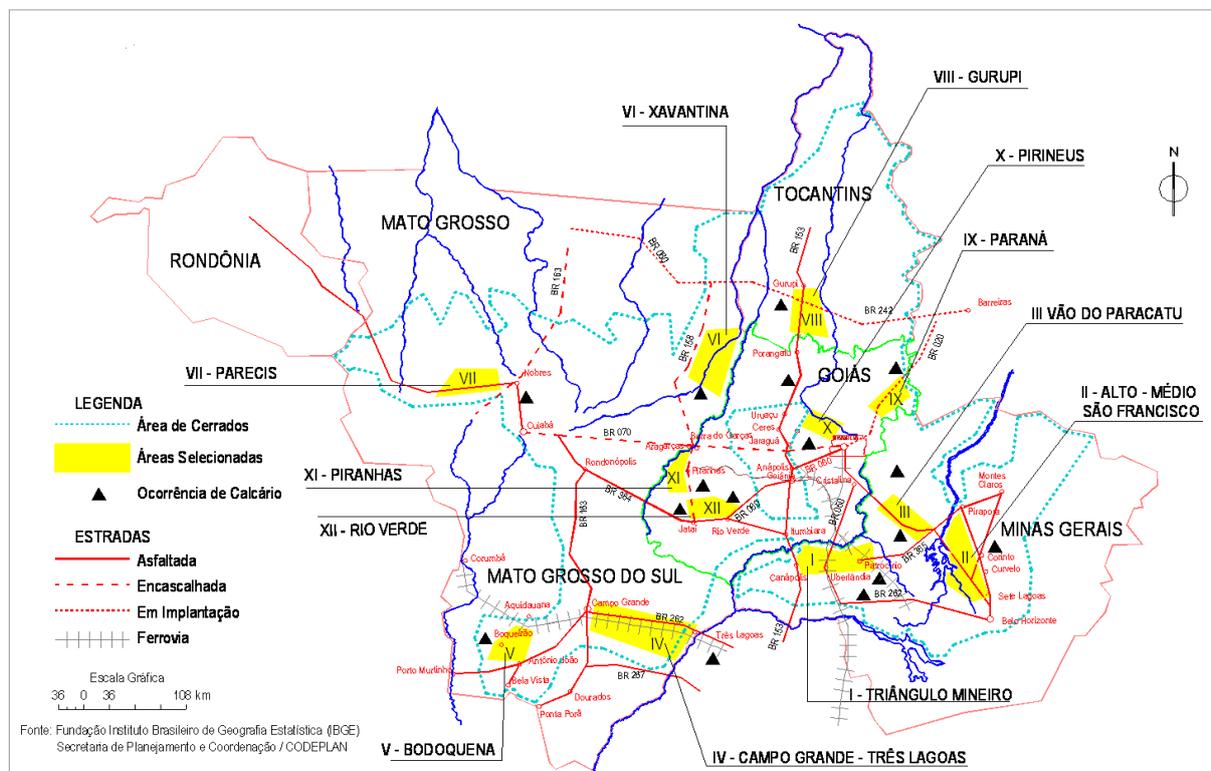
5. A AGRICULTURA NO ÂMBITO DO II PND

Geraldo de Alencar²⁰ relata que, a partir de 1967, houve um aumento na produtividade do setor agrícola devido ao crescimento econômico do país. Naquele momento, atividades agrícolas desenvolvidas em espaços articulados com a Região Sudeste passaram por transformações, deixando seu caráter tradicional e inserindo-se no contexto de práticas mais modernas.

Para o responsável pelas políticas de desenvolvimento agrícola no âmbito do II PND, era necessário o aumento da contribuição do setor no PIB. Outros dois objetivos foram perseguidos: a redução do custo dos produtos agrícolas para os consumidores e a melhoria da renda do produtor rural. Para tanto, alguns pontos foram levantados, como a “*implantação de uma infra-estrutura de apoio que permita o deslocamento da fronteira agrícola*” (SENADO FEDERAL, 1975, p.31), a melhoria no sistema de educação e a ampliação do acesso aos fatores produtivos.

Em 1975, a área cultivada no Brasil estava entre 40 e 45 milhões de hectares e havia uma expectativa de que só o Cerrado promoveria um aumento de 50 milhões de hectares. Ainda no que se refere ao Cerrado e a região central do país, o POLOCENTRO – Programa inserido no II PND – selecionou 12 (doze) áreas: 03 (três) em Minas Gerais, 04 (quatro) no Mato Grosso e 05 (cinco) em Goiás. Cada uma delas, representadas no Mapa 1, seria um pólo de desenvolvimento que expandiria para os espaços circunvizinhos os avanços técnicos na produção da agricultura e da pecuária.

Mapa 1 - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – Polocentro (1975-1979)



Fonte: Senado Federal - 1975
Org.: NUCADA, Miraci, - 2009.

²⁰ Coordenador-Adjunto do Setor de Agricultura do IPLAN/IPEA, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

A escolha das áreas se deu pela presença de uma infraestrutura básica de transporte e eletrificação rural, ficando a cargo do Governo Federal a melhoria das condições logísticas existentes. Deve ser destacado que um programa especial de crédito subsidiado contemplaria até os municípios que tivessem uma pequena parte de seu território inserido em alguma das 12 (doze) áreas. Os técnicos responsáveis pelo POLOCENTRO vislumbravam um retorno significativo dos investimentos alocados em um prazo de 03 (três) anos.

Mas uma preocupação rondava os gabinetes das Instituições responsáveis por este planejamento: a forma como o incremento das atividades produtivas no Cerrado afetaria Brasília e as funções atribuídas à nova capital. Por isto, visando o controle da ocupação do território do Distrito Federal, e dos municípios vizinhos, um Programa foi especialmente elaborado no contexto do II PND. Trata-se do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília.

6. O PROGRAMA ESPECIAL DA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA

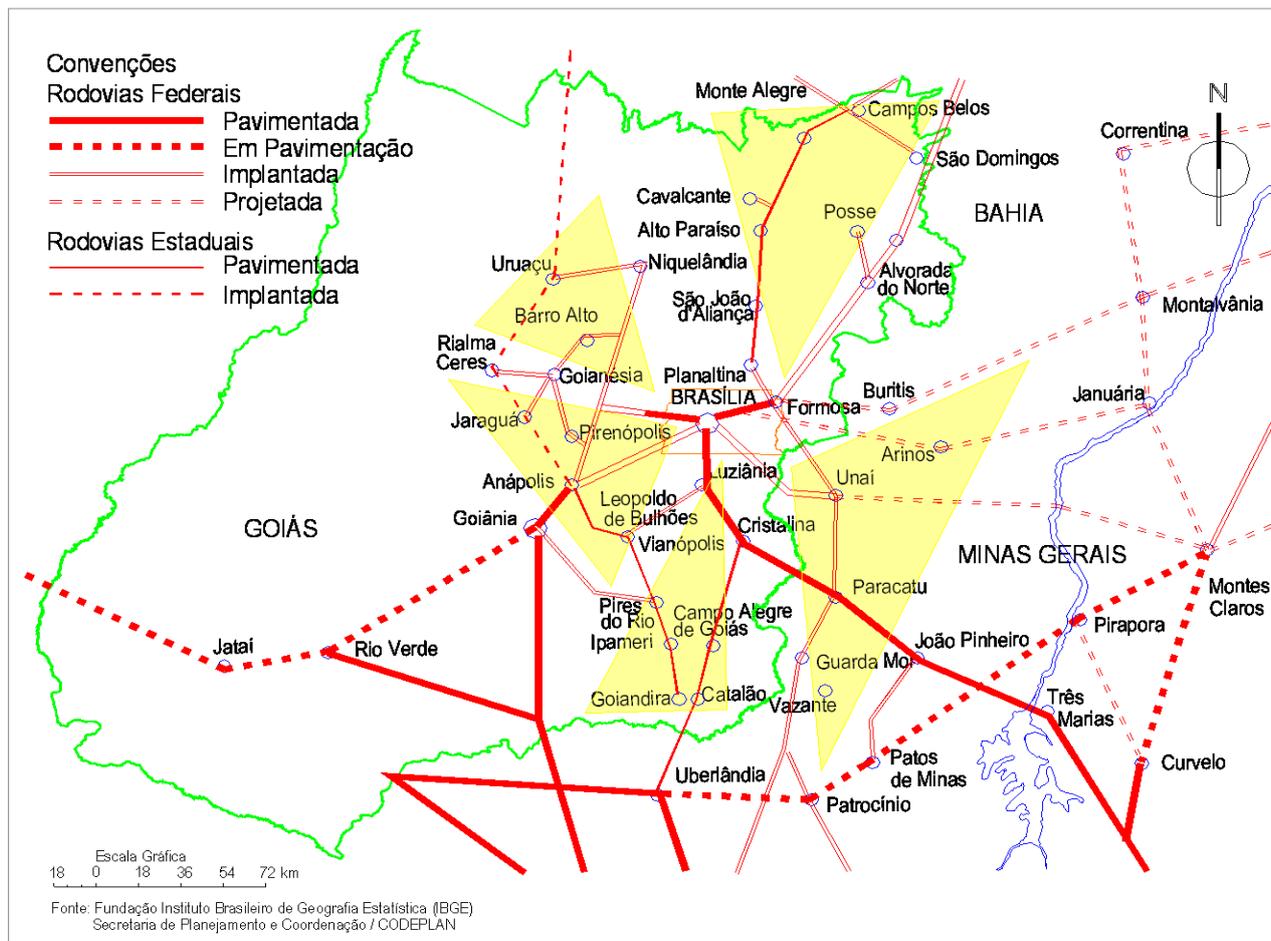
Segundo Paulo Cezar Timm²¹, O Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília:

É, possivelmente, dos menos ambiciosos nos Programas Regionais impulsionados pelo Governo Federal, em termos de recursos. Nem por isso, porém, menos complexo. Isto porque convergem em seus objetivos, tanto problemas regionais quanto preocupações urbanas, tornando-o uma síntese destes dois enfoques. Trata-se de uma região cuja economia se deseja fortalecer e uma cidade – Brasília – cujas funções e tamanho se deseja preservar. Estes dois aspectos do Programa derivam da Política de Integração Nacional em curso no País e do Plano de Brasília, que lhe originou e delimitou as funções. (SENADO FEDERAL, 1975, p.40).

Para uma melhor compreensão das palavras acima transcritas, destacamos o lugar que o Programa da Região Geoeconômica de Brasília ocupou no processo aqui abordado, já que ele se tornou o mediador dos planos e das ações de Estado em suas escalas nacional e regional. Foram duas as frentes de trabalho definidas a partir deste Programa: “*a ocupação econômica de espaços vazios e a recuperação de áreas estagnadas, ou em processo de deteriorização sócio-econômica*”. (SENADO FEDERAL, 1975, p.41).

Deve ser destacado que a estagnação econômica no entorno do Distrito Federal e a crescente expansão urbana em Brasília estiveram entre os temas discutidos no I PND, quando foi instituído um grupo de estudos com o intuito de elaborar um Programa de Desenvolvimento para esta região. Após dois anos de trabalho, foi apresentado um diagnóstico sócio-econômico que ressaltava e delimitava 05 (cinco) áreas, sob a forma do Programa de maior potencialidade. Foram elas: I. Eixo Ceres-Anápolis, II. Área de influência da BR-040/050, III. Área de mineração (Niquelândia, Uruaçu, Barro Alto e Padre Bernardo), IV. Vale do Paranã e V. Área de Paracatu. Posteriormente, estas áreas foram contempladas pelo Programa da Região Geoeconômica de Brasília, apresentando a configuração expressa no Mapa 2.

²¹ Do Setor de Desenvolvimento Regional do IPLAN/IPEA e da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Mapa 2 - Região Programa de Brasília – 1975/1979 (Áreas Seleccionadas)

Fonte: Senado Federal – 1975.

Org.: NUCADA, Miraci, - 2009.

A definição dos espaços privilegiados por este Programa seguiu os seguintes critérios: proximidade com o Distrito Federal; acessibilidade; recursos naturais; potencialidade de absorção de mão-de-obra; disponibilidade de terra; densidade demográfica; equipamentos e serviços urbanos básicos; condições prévias de desenvolvimento industrial e vínculo com áreas prioritárias presentes no I PND e planos regionais e estaduais de desenvolvimento.

O Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília, planejado pelo Ministério do Interior, foi executado pelos estados de Goiás e Minas Gerais, com exceção das obras de Telecomunicações, realizadas pela TELEBRAS. O Governo Federal criou um Grupo Especial de Coordenação que definiu prioridades e responsabilidades, bem como realizou avaliações para verificar se os objetivos eram alcançados. O Grupo ficou responsável pela articulação interinstitucional fundamental para a orientação do processo de organização espacial. “E uma das metas a serem atingidas era a montagem de um Sistema de Planejamento Regional para a Região de Planejamento de Brasília”. (BRASIL, 1971, p. 44).

Temos aí o início de uma articulação entre o Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, sob o comando do Governo Federal, a partir da formação da Região Geoeconômica de Brasília. Como fator de destaque, a questão do uso do solo – que no interior do Distrito Federal já estava sob o controle do poder público – passou a ser mais debatida no que tange às áreas vizinhas ao Distrito Federal. Isto porque a especulação

imobiliária e o grande crescimento demográfico fizeram com que a legislação que regulava o uso do solo nos municípios do entorno fosse objeto de apreciação²². Vislumbrava-se um ordenamento territorial que regulasse as relações de interdependência centradas em Brasília, para que a capital não atingisse uma dimensão metropolitana²³. Com certeza, o objetivo de impedir que a nova capital fosse tomada por um processo de metropolização não foi atingido.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para entender o processo de metropolização centrado em Brasília, um fato deve ser destacado: o deslocamento populacional promovido pela transferência da sede administrativa foi um dos objetivos estratégicos da interiorização da capital. Brasília seria um ponto de atração e redirecionamento populacional para o Centro-Oeste e Norte do país. Para Santos (2005), a mudança da capital, para o interior, reorientou os fluxos de mercadorias e migrantes, viabilizando uma distribuição mais regular de habitantes no território nacional, a partir do estabelecimento de uma rede urbana centrada na nova cidade-capital.

Essa reorientação atendeu às demandas apresentadas pelos processos de modernização agrícola na Região Sul e de desenvolvimento industrial na Região Sudeste. O avanço da modernização produtiva pelo território nacional exigiu uma redefinição na divisão territorial do trabalho. O Planalto Central tornou-se um centro de convergência: tanto os expulsos pela mecanização das atividades produtivas nas Regiões acima citadas, como os fugitivos da estagnação econômica nordestina, vislumbraram, na nova capital, uma alternativa para a obtenção de uma melhor qualidade de vida. Contudo, a população atraída por Brasília não deveria permanecer na capital planejada. Os migrantes seriam encaminhados para outras Unidades Federativas marcadas por vazios demográficos: o que ocorreu de maneira muito tímida e, por conseguinte, promoveu um expressivo e continuado crescimento demográfico em Brasília e em seu entorno.

Cabe aqui ressaltar que a nova capital não foi construída em um território destituído de histórias e relações interurbanas. E, certamente, a estrutura das cidades que circundaram Brasília foi alterada. Algumas delas²⁴ serviriam de anteparo aos migrantes que seguiam em direção à nova capital. Nesse movimento de pessoas, sonhos e mercadorias, cidades com características agrícolas cristalizadas se tornaram, da noite para o dia, núcleos urbanos com funções diversas, de acordo com a necessidade imposta pela lógica hegemônica em busca da “ordem” imprescindível à sua consolidação.

²² Timm, (SENADO FEDERAL, 2005, p. 41) aborda a necessidade de um sistema articulado que envolva o DF, MG e GO com vistas a um controle do uso do solo da periferia de Brasília. “Caso contrário, e em decorrência da proliferação da aglomeração de cidades-satélites, dentro e fora do DF, o *continuum* urbano tenderá inevitavelmente a impor-se em escala metropolitana contrariando os propósitos do Governo Federal na área. Visto que “a explosão demográfica, a especulação imobiliária contida no DF tende a vazar seus limites e localizar-se além das fronteiras, onde já se disseminam loteamentos desorganizados e projetos de novas cidades”.

²³ Timm (Ibidem), faz referência às preocupações que direcionaram o PERGEB: “Lançar as bases para a formação de uma malha urbana básica da Região, cujo modelo se orientará pelo princípio da multiplicação de centros polarizados interdependentes de médio porte. Estes objetivos foram formulados tendo em vista a preservação das funções originais de Brasília e o controle no processo de ocupação. Espera-se que a estruturação da cidade prescindia, tanto da multiplicação desordenada de funções, como por exemplo, a industrialização acelerada, quanto da metropolização que lhe segue, por efeito de atração de mão-de-obra. Como programa de infra-estrutura urbana e social e um impulso ao Distrito Agroindustrial de Anápolis são os principais instrumentos para a construção destas metas.

²⁴ Isto foi definido em projetos como o Programa de Implantação da Região Geoeconômica de Brasília.

As profundas alterações promovidas no território dos municípios do entorno de Brasília permitem afirmar que a nova capital não só integrou o território nacional, como também desintegrou a estrutura regional preexistente (MELLO, 1999). Esse é um dos eixos fundamentais da relação de Brasília com seu entorno: por um lado o processo foi integrador, por outro foi desintegrador. A integração permitiu a superação dos “velhos” e limitados modelos produtivos, abriu caminho para os novos agentes desempenharem seus papéis modernizadores²⁵. E a desintegração? Qual a sua natureza? A quem ela serviu?

Devemos ressaltar que o processo de desintegração não foi registrado nos discursos e nos documentos oficiais, mas se encontra incrustado, cravado no território dos municípios da Região do Entorno de Brasília. Os diversos elementos materializados no território sob a forma de rodovias, loteamentos, conjuntos habitacionais etc. indicam como uma lógica exógena tornou as cidades que vieram a circundar a nova capital servas de um projeto integrador/desintegrador.

Ao analisar as ações integradoras/desintegradoras balizadas por este projeto, não podemos partir de um pressuposto ingênuo e acreditar que o planejamento da capital, apontado unicamente para ela, foi produto de um erro teórico ou da negligência do trabalho intelectual de quem o elaborou; mas das características geopolíticas e geoestratégicas próprias do modelo de articulação do território nacional que estava sendo produzido. Tão importante quanto essa constatação é uma contradição derivada dela: se não houve antes uma preocupação efetiva com o entorno de Brasília, agora ela é obrigada a existir; pois os problemas se acumularam de tal forma que forçam quem governa a procurar uma “saída”, mesmo com maior dificuldade e com maiores custos econômicos. Já os custos sociais e humanos foram, desde o início, negligenciados e “consumiram” as vidas de inúmeros cidadãos.

É importante frisar que desde o início desse processo repleto de contradições, normas foram elaboradas para regular as relações travadas no interior desse território. Entre elas estão às que disciplinam o uso e a ocupação do solo do Distrito Federal e seu Entorno²⁶. Se compararmos os “níveis de disciplina” presentes nas normas das distintas Unidades Federativas encontraremos duas realidades: uma dura e rigorosa por parte do governo da nova capital, com o intuito de dificultar a fixação de migrantes em seu território; outra branda e suave nos municípios do entorno, facilitando o parcelamento do território que abrigou milhares de pessoas impedidas de morar em Brasília.

Essa distinção fez com que as relações travadas no território do entorno de Brasília fossem adquirindo inúmeros elementos potencializadores de tensões e conflitos. Novos bairros habitados por milhares de pessoas, subempregadas ou desempregadas, foram “brotando” rapidamente em áreas de pastagens, após passarem para o controle de agentes imobiliários.

Um território tradicionalmente marcado por atividades rurais foi abruptamente tomado por densas relações urbanas, que, de forma geral, atuaram no sentido inserir essa região em um “*processo*” de alteração de suas “*formas, funções e estruturas*” (SANTOS, 1985). No interior desse movimento de reestruturação territorial, paisagens caracterizadas por pastagens e lavouras cederam terreno às formas freqüentemente

²⁵ Segundo os discursos oficiais, a tarefa mais importante seria a construção efetiva de um Estado-Nação projetado para o exercício de uma ordem republicana pautada na razão.

²⁶ A preocupação com a ocupação desordenada do solo do entorno foi contemplada em um debate no Senado Federal dedicado a avaliar o IPND.

encontradas em áreas de expansão urbana: as imagens de bois e os caminhos percorridos pelos trabalhadores rurais foram substituídos por migrantes e pelas ruas abertas no interior dos loteamentos destinados aos excluídos do solo urbano de Brasília. Nesse “novo” lugar, as pessoas não são conhecidas por suas habilidades na lida com as ferramentas agrícolas ou por sua origem familiar. Elas são desconhecidas delas mesmas e têm em comum a ausência de referências vinculadas a uma profissionalização e a uma existência urbanas.

Esse território tem como uma de suas marcas a estranheza (MELLO, 1999): seja no que diz respeito às novas realidades produzidas nas cidades que circundam Brasília, seja no tocante ao modelo instaurado no interior do território da cidade-capital interiorana²⁷.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) – 1972/1974**. Sancionada em 04 de novembro de 1971.
- BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) – 1975/1979**. Sancionada em 04 de dezembro de 1974.
- DESCARTES, René. **O discurso sobre o método**. São Paulo: O hermus, 1987.
- GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- HARVEY, David. **Justiça social e cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MACIEL, Dulce Portilho. **Goiânia (1933-1963): Estado e capital na produção da cidade**. 1996, 457 f. (Doutorado em História) Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.
- MELLO, Marcelo de. **Luziânia e a fragmentação territorial do Entorno de Brasília**. 1999, 139 f. (Mestrado em Geografia) Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, 1999.
- MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico**. São Paulo: Contexto, 2006.
- MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes clássicas originais**. São Paulo: Contexto, 2008.
- RATTNER, Henrique. **Planejamento urbano e regional**. São Paulo: Editora Nacional, 1974.
- SANTOS, Milton. **O espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. **Urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.
- SENADO FEDERAL. **I Encontro de Estudos e Debates: o II PND e os programas de desenvolvimento da Região do Distrito Federal e do Centro-Oeste**. Comissão de Assuntos Regionais, 1975.

²⁷ Em Brasília, mais especificamente no Plano Piloto, as pessoas não se encontram em esquinas. Esse cruzamento de ruas apresenta outra configuração no plano da cidade. As distâncias estabelecidas pelo projeto urbanístico fizeram do carro uma vestimenta “obrigatória” para seus moradores.

SOUZA, Maria Adélia A. de. O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli (Orgs). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004, p. 111 – 143.

VESENTINI, José Willian. **A capital da geopolítica**. São Paulo: Ática, 1986.